

PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI № 4043, DE 19 DE ABRIL DE 2023.

Câmara Municipal de Santa Cruz do

Rio Pardo OS 1 OS 1 Solos

Hora: 15:35 Visto:

(De autoria do Vereador Fernando Bitencourt)

Dispõe sobre a obrigatoriedade para que os estabelecimentos que menciona adotem medidas de auxílio, acolhimento e proteção às mulheres que se sintam em situação de risco, vulnerabilidade ou violência e dá outras providências.

DIEGO HENRIQUE SINGOLANI COSTA, Prefeito de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte **LEI**:

Artigo 1º - Ficam os bares, cafés, quiosques, centros e complexos gastronômicos, restaurantes, lanchonetes, casas noturnas, casas de shows, casas de eventos em geral e ambientes assemelhados obrigados a adotar medidas de auxílio, acolhimento e proteção às mulheres que se sintam em situação de risco, vulnerabilidade ou violência nas dependências desses estabelecimentos, no âmbito do Município de Santa Cruz do Rio Pardo.

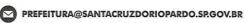
- Artigo 2º O auxílio, o acolhimento e a proteção às mulheres serão prestados pelos estabelecimentos mediante a oferta de acompanhamento até o carro ou outro meio de transporte bem como a imediata comunicação à autoridade policial.
- §1º Serão utilizados cartazes afixados nos banheiros femininos e também em qualquer outro ambiente do local, informando a disponibilidade do estabelecimento para o auxílio, acolhimento e proteção às mulheres que se sintam em situação de risco, vulnerabilidade ou violência, além da informação acerca do "Disque 180" (Central de Atendimento à Mulher).
- §2º Outros mecanismos que viabilizem a efetiva comunicação entre a mulher e o estabelecimento podem ser utilizados, como por exemplo a adoção de códigos inteligíveis (frases, gestos, nomes de pratos ou *drinks* fictícios, entre outros).
- **Artigo 3º** Os estabelecimentos previstos nesta Lei deverão treinar e capacitar todos os seus funcionários, colaboradores e equipes de segurança para a aplicação das medidas de auxílio, acolhimento e proteção previstas.

Parágrafo único - A atuação dos funcionários, colaboradores e equipes de segurança deve se dar com a mais absoluta discrição, inclusive registrando as circunstâncias













ESTADO DE SÃO PAULO

fáticas e possibilitando a identificação do agressor a fim de facilitar eventual investigação a ser perpetrada pelas autoridades competentes.

Artigo 4º - O Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênios com instituições públicas ou privadas para a organização de programas educativos, cursos e projetos de capacitação de que trata o artigo 3º desta Lei.

Artigo 5º - Em caso de descumprimento da presente Lei fica o estabelecimento infrator sujeito a uma multa de 5 (cinco) Unidades Fiscais do Município - UFMs, sendo aplicada em dobro no caso de reincidência.

Artigo 6º - As despesas com a execução das ações previstas nesta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Rio Pardo, 19 de abril de 2023.

DIEGO HENRIQUE SINGOLANI COSTA Prefeito do Município





